



Universidade de Lisboa
Faculdade de Motricidade Humana

Estágio em Gestão do Desporto na Federação de Triatlo de Portugal

Relatório de Estágio elaborado com vista à obtenção do Grau de Mestre em
Gestão do Desporto

Orientador: Professor Doutor Luís Miguel Faria Fernandes da Cunha

Júri:

Presidente

Doutora Maria Margarida Ventura Mendes Mascarenhas, professora auxiliar da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa

Vogais

Doutor Luís Miguel Faria Fernandes da Cunha, professor auxiliar da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa

Doutor Paulo Jorge Martins, professor auxiliar da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa

Frederico Sousa Soares

2022

Agradecimentos

Os meus agradecimentos são para todos aqueles que me apoiaram e motivaram ao longo do meu percurso académico e que determinaram e estimularam a minha evolução.

À minha família, por me apoiar, ajudar a crescer e a enfrentar todos os desafios que a vida me apresentou.

À minha namorada e melhor amiga, por me incentivar, apoiar e acreditar em mim. Por estar ao lado ao meu percurso, ajudar-me a ser forte e a aguentar todas as adversidades que surgem.

Amigos e colegas que me acompanharam no percurso académico e na vida, com os quais cresci, melhorei e evolui para o homem que me estou a tornar.

Ao meu orientador professor Luís Miguel Cunha e ao restante corpo docente da Faculdade de Motricidade Humana, que me acompanhou ao longo do meu percurso académico, tanto na licenciatura como no mestrado.

Particular agradecimento à Federação de Triatlo de Portugal, à Patrícia Pestana e ao Vasco Rodrigues, pela oportunidade que me concederam, pela amabilidade com que me receberam e pelas experiências que vivenciei.

Resumo

O presente relatório tem como referência o estágio curricular efetuado no 4º semestre do Mestrado em Gestão do Desporto, pela Faculdade de Motricidade Humana e foi realizado na Federação de Triatlo de Portugal.

O desporto adaptado refere-se a uma modalidade desportiva criada ou modificada para ir ao encontro das necessidades das pessoas com deficiência, sendo que deve ser assumido como um modelo cultural que respeita as limitações de cada pessoa, bem como permitir a excelência desportiva, tal como todo o desporto.

O Paratriatlo como modalidade olímpica assenta nos principais valores de Igualdade, Inclusão e Excelência Desportiva, levando a federação à criação do Programa de Dinamização de Paratriatlo em Portugal, que resume a base de trabalho do estágio efetuado.

O foco deste relatório irá incidir sobre o trabalho realizado no âmbito do programa de dinamização de Paratriatlo, bem como nas ações planeadas no mesmo. O interesse demonstrado por diversas instituições sociais e clubes demonstra o potencial do paratriatlo como um grande veículo de promoção de um estilo de vida saudável. No entanto, o trabalho realizado foi maioritariamente técnico e administrativo, havendo muito trabalho a fazer para elevar o desenvolvimento do paratriatlo e o alto rendimento do desporto adaptado.

Palavras-chave: Gestão; Desporto adaptado; Organização Desportiva; Federação de Triatlo de Portugal; Triatlo; Desenvolvimento do Paratriatlo.

Abstract

This report is based on the curricular internship carried out in the 4th semester of the Masters in Sport Management, at the Faculty of Human Kinetics and was carried out at the Portuguese Triathlon Federation.

Adapted sport refers to a sport created or modified to meet the needs of people with disabilities, and it must be assumed as a cultural model that respects the limitations of each person and allows for sporting excellence, just like all sport.

Paratriathlon as an Olympic sport is based on the main values of Equality, Inclusion and Sports Excellence, leading the federation to the creation of the Paratriathlon Dynamization Program in Portugal, which summarizes the work base of the internship carried out.

The focus of this report will be on the work carried out within the scope of the paratriathlon promotion program and the actions planned therein. The interest shown by various social institutions and clubs demonstrates the potential of paratriathlon as a great vehicle for promoting a healthy lifestyle. However, the work implemented was mostly theoretical and administrative, with a lot of work to uplift the development of paratriathlon and the high performance of adapted sport.

Keywords: Management; Adapted Sport; Sports Organization; Portuguese Triathlon Federation; Triathlon; Paratriathlon Development.

Lista de Abreviaturas

FTP – Federação de Triatlo de Portugal

PDPP – Programa de Dinamização de Paratriatlo em Portugal

IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude

LBAFD – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto

RJFD – Regime Jurídico da Federações Desportivas

ITU – International Triathlon Union

ETU – European Triathlon Union

PDNT – Programa de Dinamização Nacional de Triatlo

CPP – Comité Paralímpico de Portugal

CMFVX – Câmara Municipal de Vila France de Xira

PACP - Programa de Apoio aos Clubes de Paratriatlo

Índice

| | |
|--|------------|
| Agradecimentos..... | i |
| Resumo..... | ii |
| Abstract | iii |
| Lista de Abreviaturas | iv |
| Índice..... | v |
| Índice de Tabelas | vi |
| Índice de Figuras | vi |
| Introdução | 1 |
| 1. Enquadramento da Prática Profissional..... | 3 |
| 1.1 Macro Contexto | 3 |
| 1.1.1 Desporto- Conceitos..... | 3 |
| 1.1.2 “Desporto para Todos” | 5 |
| 1.1.3 Desporto Adaptado | 6 |
| 1.1.4 Fatores de Desenvolvimento do Desporto | 6 |
| 1.1.5 Programas de Dinamização de Paratriatlo em Portugal..... | 8 |
| 1.2 Contexto Legal..... | 11 |
| 1.3 Contexto Institucional..... | 12 |
| 1.4 Contexto de Natureza Funcional..... | 13 |
| 2. Realização da Prática Profissional | 15 |
| 2.1 Conceção..... | 15 |
| 2.2 Problemas nas áreas de intervenção..... | 16 |
| 2.3 Atividades e Tarefas realizadas | 17 |
| 2.3.1 Âmbito do Programa de Dinamização de Paratriatlo de Portugal | 17 |

| | | |
|-----------|---|-----------|
| 2.3.2 | Âmbito das competições desportivas | 20 |
| 2.4 | Fatores de Desenvolvimento do Desporto e Programa de Dinamização de Paratriatlo em Portugal | 21 |
| 2.5 | Dificuldades e Resoluções | 22 |
| 3. | Verificações | 23 |
| | Conclusão..... | 24 |

Índice de Tabelas

| | | |
|-----------|--|----|
| Tabela 1- | Método de classificações praticado pela ITU..... | 9 |
| Tabela 2- | Classificações adicionais praticadas pela FTP | 10 |
| Tabela 3- | Agrupamento das classes de Natação e Atletismo Adaptados, consoante a descrição das classes de Paratriatlo | 18 |
| Tabela 4- | Enquadramento dos Fatores de Desenvolvimento com as atividades desenvolvidas | 21 |

Índice de Figuras

| | | |
|-----------|--|----|
| Figura 1- | Sede da Federação de Triatlo de Portugal _____ | 13 |
|-----------|--|----|

Introdução

O desporto tem uma importância cada vez maior na sociedade, podendo ser considerado uma forma de envolvimento social, uma vez que contém valores reconhecidos sobre o ponto de vista social à volta dos quais a sociedade moderna se congrega, organiza e configura, e onde é criado diversos padrões de envolvimento para todos os agentes incluídos, seja através de processos afetivos ou de conhecimento (Pires, 2007). Neste sentido, o desporto foi consagrado como um direito de todos os cidadãos, conforme o artigo 79º da Constituição da República Portuguesa de 1976, cabendo ao Estado o papel de promover, apoiar e difundir a prática de cultura física e do desporto.

O desporto é um sistema de realização de competências motoras. Esta realização pode ter como meta ser campeão Olímpico, ou pode ser apenas um veículo para a autorrealização e promoção da autoestima do indivíduo (Santos e Rodrigues, 2013). Independentemente do género, idade, habilidade, religião ou dificuldades de cada pessoa, deve ser disponibilizado o acesso ao desporto, e incentivada a sua prática, seja num contexto de lazer ou competitivo. Neste sentido, relativamente ao desporto para pessoas com deficiência, denominado desporto adaptado, é uma modalidade desportiva criada ou modificada com o objetivo de ir ao encontro das necessidades das pessoas com alguma problemática (Winnick, 2017), e que, tal como todo o desporto, visa permitir a excelência desportiva (Santos e Rodrigues, 2013)

O presente relatório descreve o trabalho desenvolvido na área do desporto adaptado, mais concretamente do Paratriatlo, durante o estágio curricular realizado na Federação de Triatlo de Portugal. O estágio foi concretizado no âmbito do Mestrado em Gestão do Desporto pela Faculdade de Motricidade Humana, da Universidade de Lisboa. O estágio decorreu entre os meses de fevereiro e junho de 2021, tendo sido realizado em regime híbrido, na sede da federação. A principal missão da Federação de Triatlo de Portugal consiste em “promover, regulamentar, dirigir e expandir a prática desportiva do triatlo e das modalidades afins em todo o território nacional” e, sendo o triatlo um grande veículo de promoção de um estilo de vida saudável, a federação viu a necessidade de garantir o enquadramento de todos aqueles que pretendessem praticar a modalidade, independentemente das barreiras existentes. Foi a partir desta necessidade que, em 2018, foi dado início a várias ações para tomar o pulso ao potencial do Paratriatlo e mais tarde, em 2020, foi iniciado o Programa de Dinamização de Paratriatlo em Portugal. O meu

estágio incidiu sobre o desenvolvimento deste programa e, por esse motivo, é analisado ao longo do presente documento.

O presente relatório está dividido em diferentes partes, começando com a apresentação do enquadramento teórico, onde abordo o conceito de desporto e desporto adaptado, os fatores de desenvolvimento do desporto, a apresentação do Programa de Dinamização de Paratriatlo em Portugal, a contextualização da legislação acerca do direito ao desporto, das políticas de desenvolvimento do desporto e das federações desportivas, culminando na apresentação da Federação de Triatlo de Portugal. De seguida dá-se início à apresentação do trabalho desenvolvido durante o estágio, o que levou à escolha do desenvolvimento deste projeto, os problemas encontrados e as atividades desenvolvidas. No final é feito um enquadramento do trabalho realizado com os fatores de desenvolvimento do desporto.

Considero que a formação no âmbito da Licenciatura e Mestrado em Gestão do Desporto foi de elevada importância na realização deste estágio, bem como no meu crescimento como pessoa e profissional, graças às experiências vivenciadas durante a minha passagem no “universo Motricitário”. Como profissional e pessoa ainda tenho um longo processo a percorrer, que melhorou com este estágio curricular, uma vez que me trouxe mais conhecimentos, oportunidades de aprendizagem com vários dirigentes e novas oportunidades como profissional na área da gestão do desporto.

1. Enquadramento da Prática Profissional

Neste capítulo será apresentado um enquadramento teórico daquilo que foi concretizado no âmbito do estágio, começando por uma revisão bibliográfica acerca de temas que considero relevantes no contexto do estágio realizado, como o desporto e o desporto adaptado, o movimento “Desporto para Todos”, os fatores de desenvolvimento do desporto, que ajudam a converter e melhorar uma dada situação desportiva e, por fim, o Programa de Dinamização de Paratriatlo em Portugal. Será também desenvolvido o enquadramento do contexto legal, onde serão expostas as leis que definem o conceito de desporto e as federações desportivas, o contexto institucional, onde é caracterizada a instituição onde decorreu o estágio, e o contexto de natureza funcional, onde serão apresentados os valores e as missões da instituição.

1.1 Macro Contexto

O estágio realizou-se na Federação de Triatlo de Portugal que se constitui, perante a Administração Pública, como uma federação unidesportiva, com estatuto de utilidade pública, como tal, é da responsabilidade da mesma a organização, regulamentação e desenvolvimento do Triatlo e das modalidades afins em todo o território nacional. O trabalho desenvolvido no âmbito do estágio foi maioritariamente relacionado com o Paratriatlo, que consiste na adaptação da prática do triatlo, duatlo e aquatlo para ir ao encontro das necessidades das pessoas com deficiência. Para uma competição mais ética e justa, esta modalidade tem um sistema de classificação que agrupa os atletas consoante as suas deficiências.

1.1.1 Desporto- Conceitos

Segundo a Carta Europeia do Desporto, artigo 2º, compreende-se como desporto todas as formas de atividade física que permitem a participação ocasional e organizada, através de determinadas regras e padrões que têm como objetivo o desenvolvimento da condição física e psíquica, das relações sociais e a obtenção de resultados a nível competitivo. É uma instituição social, que atinge uma diversidade ampla de valores, através dos quais a sociedade se congrega e organiza, e onde são criados diversos padrões de envolvimento para todos os agentes incluídos, seja através de processos afetivos ou de conhecimento (Pires, 2007).

A nível organizacional, os primeiros clubes desportivos profissionais foram fundados em Inglaterra, no decorrer do século XIX (Crosset e Hums, 2009), no entanto, a presença do desporto na humanidade existe há muito mais tempo e “a atividade física tem sido uma componente básica do padrão fundamental de vida de todas as criaturas de qualquer espécie que alguma vez habitaram a Terra” (Ziegler, 2009, p.43). Apesar do desporto e a atividade física, bem como o exercício físico, serem conceitos diferentes, estes são muitas vezes confundidos entre si (Caspersen, Powell, Chirstenson, 1985).

A atividade física é definida pela OMS como sendo qualquer movimento corporal produzido pelos músculos esqueléticos que requeiram gasto de energia, o que abrange a prática desportiva, mas também a ida e vinda do trabalho, o próprio trabalho ou até levantar um copo e coçar a cabeça. O exercício físico é uma categoria da atividade física uma vez que este consiste na prática de atividade física, no entanto, o exercício físico é uma atividade consciente, estruturada e planeada, com o objetivo de proteger a saúde, melhorar a capacidade física ou apenas melhorar o bem-estar (Caspersen, Powell, Chirstenson, 1985). Por último, Soares (2019, p.62) afirma que o desporto “envolve movimento corporal intencional, dimensão lúdica, superação da performance em contexto de competição, regulação através de instituições próprias e com base em valores sociais e humanos.”, podendo ser considerado exercício físico num contexto competitivo.

Frey e Etzen (1991, p.503) definem desporto como “uma arena de comportamentos padronizados, estruturas sociais e relações interinstitucionais, que oferece oportunidades únicas para estudar e compreender as complexidades da vida social”. Costa (2009, p.327) reforça esta ideia e refere que o fenómeno desportivo é “o facto social mais significativo do nosso tempo” e “um fenómeno humano de tal modo ligado às origens do homem e da sociedade e da sociedade (...) que não temos dúvidas em afirmar que é possível analisar uma sociedade particular através dos desportos que ela pratica”.

Para melhor definir o conceito de Desporto é necessário ter em conta cinco eixos, em que cada um pode assumir uma determinada valência ou, no seu conjunto, uma configuração específica (Pires, 2007, p.119). Estes cinco eixos, são:

1. **Componente lúdica (jogo)** – “competição; sorte; simulacro; ordem; desordem; vertigem”

2. **Componente agonística** – “agressividade; tensão; supercompensação de complemento, superação ou substituição; exibicionismo; frustração;”
3. **Componente do movimento** – “força; velocidade; resistência; flexibilidade”
4. **Componente institucional** – “memórias, sistemas de valores, sistema de interesses, o ilegal, o legal, as tradições, os compromissos;”
5. **Componente do projeto** – “Uma ideia de futuro; o contexto, os objetivos; as estratégias; os programas; os recursos humanos; os recursos materiais; os recursos financeiros; a execução; as correções.”

1.1.2 “Desporto para Todos”

O termo “Desporto para Todos” acarreta uma especial importância na Europa, bem como no Mundo em geral, evocando a responsabilidade social e as políticas estabelecidas nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial (Sacks, 2018), uma vez que o seu movimento se iniciou em 1966 pelo Conselho da Europa, com o objetivo de “promover a educação e o desenvolvimento cultural, relacionadas com políticas que procurem fazer chegar os benefícios do desporto ao maior número possível de pessoas” (COE, 1975, p.1), que mais tarde foi consagrado pela Carta Europeia do Desporto para Todos, em 1975.

O Conselho da Europa foi a primeira organização intergovernamental que apostou no desporto, num contexto mais alargado, estabelecendo o Certificado Europeu do Desporto (Gasparini, 2020). Este certificado foi estabelecido em 1963, a partir da Resolução n.º18 do Conselho de Ministros do Conselho da Europa, com o objetivo de contribuir para a união da cultura na Europa e de premiar os países membros que encorajassem a população a praticar desporto e a elevassem os padrões de saúde. Com estas ações no setor do desporto, o Conselho da Europa procurava combater certos fenómenos contrários aos valores europeus, como a violência no desporto, discriminação e doping (Gasparini, 2020), o que originou diversas convenções nas décadas seguintes, nas diferentes áreas que se opusessem a estes valores. Estas convenções culminaram na criação do Enlarged Partial Agreement on Sport, que procurava o desenvolvimento de estratégias de promoção de um sistema desportivo mais ético, inclusivo e seguro (COE, 2022).

Em Portugal uma das estratégias de promoção foi o Programa Nacional de Desporto para Todos, que se constituiu como “uma medida estrutural que visa apoiar programas de desenvolvimento desportivo que promovam a generalização da prática desportiva” (IPDJ, 2021, Objetivos, para. 1).

1.1.3 Desporto Adaptado

O desporto para pessoas com deficiência, vulgo desporto adaptado, refere-se a uma modalidade desportiva criada ou modificada para ir ao encontro das necessidades das pessoas com deficiência (Winnick, 2017), sendo que, teve o seu início com finalidades terapêuticas e recreativas.

Segundo Januário (2019) e Winnick (2017), é possível identificar quatro grandes vertentes no desporto adaptado, complementares entre si, nomeadamente: a vertente **educativa**, onde a criança com deficiência deverá realizar a sua prática desportiva como meio de inclusão na escola e na sociedade; a vertente **terapêutica**, onde a prática desportiva está ao serviço da reabilitação física e psicológica e da sua integração social; a vertente de **recreação e lazer**, realizada em contexto lúdico, com objetivo da manutenção das capacidades físicas, divertimento e interação social; e, por último, a vertente **competitiva**, com o objetivo de atingir a performance desportiva, desde quadros competitivos locais, regionais e nacionais, até ao nível do alto rendimento.

O desporto adaptado deve ser assumido como modelo cultural que respeita as limitações de cada pessoa e deficiência e que, tal como todo o desporto, visa permitir a excelência desportiva (Santos e Rodrigues, 2013), tendo como principal expositor os Jogos Paralímpicos, que tem vindo a sofrer transformações nas últimas décadas, sendo hoje um evento com grande atração mediática (Howe, 2008).

1.1.4 Fatores de Desenvolvimento do Desporto

A globalização, crescimento e profissionalização do Desporto, fez com que os gestores e a Gestão do Desporto ganhassem novos contornos e desenvolvimentos ao longo do tempo, nomeadamente ao nível do consumo, produção e gestão dos eventos desportivos, bem como das organizações desportivas (Hoye, Smith, Nicholson e Stewart, 2018).

Com o objetivo de promover o desenvolvimento e transformação do desporto, tendo em atenção as causas e os objetivos a atingir, utilizam-se, na operacionalização das políticas desportivas, 12 fatores de desenvolvimento, que ajudarão a converter uma dada situação desportiva, numa outra que se pretende quantitativa e/ou qualitativamente melhor. Estes fatores são: orgânica, atividades, marketing, formação, documentação, informação, instalações, apetrechamento, quadros humanos, gestão, financiamento e normativo, que serão descritos em seguida (Pires, 2007). O primeiro fator é a **orgânica**, que representa o conjunto de decisões que se tomam no domínio das estruturas e das relações que se estabelecem numa dada organização. Relativamente ao fator **atividades**, refere-se ao enquadramento destas dirigidas a um público-alvo com determinantes sociais em vários domínios físico, biológico, neurológico e fisiológico. Ao nível do **marketing**, ou promoção, são procuradas e utilizadas técnicas de divulgação, através de campanhas, com o objetivo de promover o desporto, os seus processos e dinâmicas. O fator **formação** trata do processo de transmissão de conhecimentos de forma dinâmica e sistemática, tendo em vista a melhoria, a atualização e a valorização técnica dos recursos humanos, no domínio do desporto. Os fatores **documentação** e **informação** são confundidos com regularidade, sendo que o primeiro é a congregação e produção da literatura que aborda os diversos aspetos da problemática desportiva, enquanto o segundo se refere aos mecanismos de transmissão e circulação de informação, entre os intervenientes, que configuram o processo desportivo. As **instalações** são os meios edificados necessários ao desenvolvimento das atividades desportivas, tanto ao nível de prática desportiva em si, como das unidades de apoio à prática desportiva. Aliado às instalações encontra-se o fator **apetrechamento**, sendo este constituído por todos os recursos necessários à prática desportiva, tais como equipamentos coletivos referentes a cada modalidade e equipamento individual para a prática desportiva. Tanto para a gestão das instalações, como para o desenvolvimento do desporto, são necessários **quadros humanos**, que abrangem todos os indivíduos que atuam no processo de desenvolvimento do desporto. Dentro dos intervenientes encontram-se os **gestores**, que para executarem uma boa gestão são dotados de um conjunto de funções, como planear, organizar, comandar, coordenar e controlar as tarefas necessárias, que guiam a organização ao cumprimento dos seus objetivos. Para o alcance destes objetivos, é também necessário um conjunto de mecanismos que ajudem a satisfazer as suas necessidades de **financiamento** e estar de acordo com as **normas e leis** que regulamentam e configuram o sistema desportivo. O

fator **gestão** trata de procurar a aplicação equilibrada dos demais fatores aos processos de desenvolvimento desportivo.

1.1.5 Programas de Dinamização de Paratriatlo em Portugal

A partir de 2018, depois da estreia do Paratriatlo nos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro, a Federação de Triatlo de Portugal (FTP) desenvolveu diversas ações com o objetivo de perceber a potencial dimensão do Paratriatlo em Portugal. Neste sentido, a FTP desenvolveu algumas práticas, como a abertura do quadro competitivo, a dinamização de ações específicas para atletas com necessidades especiais e a organização de uma prova internacional. Estas ações não só permitiram perceber a dimensão da potencial comunidade interessada na modalidade, mas também criar bases mínimas para a implementação de um projeto nesta área, tendo sido criado o Programa de Dinamização de Paratriatlo em Portugal (PDPP).

Os principais objetivos da FTP com o PDPP, são uma adaptação dos objetivos da International Triathlon Union (ITU) à realidade portuguesa, sendo eles:

- **Divulgar o Paratriatlo, incentivar a sua prática e dar a conhecer a modalidade;**
- **Formar e preparar Recursos Humanos para que se encontrem preparados para receber os interessados na modalidade;**
- **Desenvolver o Alto Rendimento para o desporto adaptado;**
- **Fomentar a presença de princípios éticos e fair play, construindo um sistema de classificação justo;**
- **Abrir caminho ao projeto de Paratriatlo com o objetivo de supervisionar o desenvolvimento da modalidade;**
- **Trabalhar em conjunto com entidades que promovam valores e partilhem os mesmos objetivos.**

Um dos objetivos, que passa pela fomentação de princípios éticos e de fair play, assenta na construção de um sistema de classificação justo, no qual a ITU tem vindo a desenvolver um trabalho notável no agrupamento de classes e no desenvolvimento regulamentar. No que diz respeito às classes, a ITU dispõe de uma lista de 7 deficiências, que é apresentado em anexo (Anexo A), para facilitar a integração desportiva dos atletas.

O método de classificações da ITU é praticado integralmente em Portugal, permitindo construir uma estrutura competitiva igualitária, para que qualquer

desvantagem tenha o menor impacto possível na performance desportiva. Dentro das classificações existem nove classes desportivas, apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1- Método de classificações praticado pela ITU

| Classe | Descrição | Observação |
|--|---|--|
| PTWC1 – Utilizadores de cadeiras de rodas | Abrange os atletas deficientes mais prejudicados. | No segmento de ciclismo devem usar uma bicicleta de mão, onde o corpo fica deitado, e no segmento de corrida devem utilizar uma cadeira de rodas de corrida. |
| PTWC2 – Utilizadores de cadeiras de rodas | Abrange os atletas deficientes menos prejudicados. | |
| PTS2 – Deficiências graves | As condições de saúde mais usuais podem ser: plexo braquial completo, amputado acima do cotovelo, dupla amputação abaixo do joelho e paralisia cerebral severa. | Nos segmentos de ciclismo e corrida, os atletas amputados podem utilizar próteses aprovadas ou outros dispositivos de apoio. |
| PTS3 – Deficiências significativas | As condições de saúde mais comuns podem ser: plexo braquial completo, amputado acima do cotovelo, dupla amputação abaixo do joelho e paralisia cerebral leve. | A diferenciação entre estas classes é feita por classificadores qualificados, através de um sistema avaliação física e técnica, que coloca o atleta em certa classe consoante a sua pontuação. |
| PTS4 – Deficiências Moderadas | As condições de saúde mais comuns podem ser: amputado abaixo do joelho, amputado abaixo do cotovelo e paralisia cerebral leve. | |
| PTS5 – Deficiências Leves | As condições de saúde mais comuns podem ser: amputado abaixo do joelho, amputado | |

| | | |
|--|---|---|
| | abaixo do cotovelo e paralisia cerebral leve. | |
| PTVI1 – Deficiência Visual Total | Atletas completamente invisuais e sem percepção da luz. | Obrigatório acompanhamento de um guia, que deve ter a mesma nacionalidade e o mesmo género. No segmento se ciclismo têm de utilizar uma bicicleta Tandem. |
| PTVI2 – Deficiência Visual Parcial | Atletas parcialmente invisuais mais graves | |
| PTVI3 – Deficiência Visual Menos graves | Atletas parcialmente invisuais menos graves | |

Em contexto Nacional existem mais duas classes, criadas durante o decorrer do estágio, que não são reconhecidas pela ITU, apresentadas em seguida na Tabela 2.

Tabela 2- Classificações adicionais praticadas pela FTP

| | | |
|---------------------------------------|---|--|
| PTII – Deficiência Intelectual | Atletas com deficiência intelectual, caracterizado por um QI de 75 ou inferior e limitações do comportamento adaptativo | |
| PTHI – Deficiência Auditiva | Atletas com deficiência auditiva com uma perda de pelo menos 55 db no melhor ouvido. | |

Para 2021, o PDPP projetava a intervenção e dinamização de ações em diversas componentes do Paratriatlo, como a área administrativa, o quadro competitivo e alto rendimento, e ações de sensibilização, promoção e formação em diferentes planos. Além das áreas acima descritas, é fundamental desenvolver um Programa de Apoio aos Clubes de Paratriatlo, que visa a implementação de um conjunto de medidas de apoio às coletividades que pretendam desenvolver a sua atividade na área do Paratriatlo, estando de acordo com os objetivos da FTP. O programa pretende dotar os clubes de apetrechamento, formação de agentes desportivos e dotação financeira que lhes permita desenvolver a sua atividade nesta área.

1.2 Contexto Legal

A Constituição da República Portuguesa, reconhece o direito à cultura física e ao desporto a todos os cidadãos, conforme disposto no artigo 79º, inserido no capítulo III – Direitos e deveres culturais, sendo que “incumbe ao Estado o desenvolvimento, promoção e difusão da cultura física e do desporto...”, através da colaboração com diferentes organizações desportivas. Do mesmo modo, a Lei de Bases de Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, Lei n.º38/2004, de 18 de agosto, no artigo 25º, inserido na Secção II, faz referência à importância da prática desportiva para os cidadãos portadores de deficiência, incumbindo ao Estado, no artigo 38º, a responsabilidade de “adotar medidas específicas necessárias para assegurar o acesso da pessoa com deficiência à prática do desporto e à fruição dos tempos livres”, incluindo o acesso à prática de desporto de alto rendimento, segundo o artigo 39º.

A criação da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (LBAFD), Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, veio definir as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto, conforme disposto no artigo 1º. O desenvolvimento do desporto “incumbe à Administração Pública na área do desporto apoiar e desenvolver a prática desportiva regular e de alto rendimento, através da disponibilização de meios técnicos, humanos e financeiros e exercer funções de fiscalização” (Lei n.º 5/2007 – LBAFD, de 16 de janeiro, p. 2).

Segundo a LBAFD, Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, existem 3 tipos de organizações do desporto, nomeadamente: a sociedade desportiva, o clube desportivo e a federação desportiva. A federação desportiva é organização de maior interesse para o presente relatório, classificando-se como “pessoa coletiva constituída sob a forma de associação sem fins lucrativos que, englobando clubes ou sociedades desportivas, se proponha nos termos dos respetivos estatutos, prosseguir, entre outros, os seguintes objetivos gerais: a) Promover, regulamentar e dirigir, a nível nacional, a prática de uma modalidade desportiva ou de um conjunto de modalidades afins ou associadas; b) Obtenham estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública desportiva” (Lei n.º 5/2007 – LBAFD, de 16 de janeiro, p. 5). Sendo a FTP, segundo o artigo 15º, da LBAFD, Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, uma federação unidesportiva, uma vez que engloba pessoas e entidades dedicadas à prática da mesma modalidade e de modalidades associadas. O conceito de estatuto de utilidade pública desportiva e as condições para o obter encontram-se estabelecidos no Regime Jurídico das Federações Desportivas (RJFD),

Decreto-lei n.º 93/2014, de 23 de junho, que, onde está disposto, no artigo 10º, que “O estatuto de utilidade pública desportiva confere a uma federação desportiva a competência para o exercício, em exclusivo, por modalidade ou conjunto de modalidades, de poderes regulamentares, disciplinares e outros de natureza pública, bem como a titularidade dos direitos e deveres especialmente previstos na lei.”, sendo que o estatuto prevalece, por federação, por um período de quatro anos, coincidente com o ciclo olímpico (Decreto-lei, n.º 93/2014 - RJFD, de 23 de junho, p. 7).

1.3 Contexto Institucional

A Federação de Triatlo de Portugal constituiu-se como pessoa coletiva sob a forma de associação sem fins lucrativos em 16 de outubro de 1989, sucedendo a Associação Portuguesa de Triatlo, como uma federação unidesportiva, com estatuto de utilidade pública desportiva.

A nível internacional, a FTP é membro da European Triathlon Union (ETU) e da ITU sendo a primeira a federação europeia de triatlo e a segunda a federação mundial de triatlo.

A nível nacional, a FTP é membro fundador da Confederação do Desporto de Portugal e é também membro, com assento na Assembleia Plenária, do Comité Olímpico de Portugal. Existem duas delegações que funcionam de forma autónoma e organizam eventos de nível regional, sendo elas a Associação Regional da Madeira e a Delegação Norte da FTP.

Segundo o documento que regula os estatutos da FTP, aprovado em Assembleia Geral, no Capítulo III, a estrutura orgânica é constituída pelos seguintes órgãos sociais, dispostos no artigo 12º:

- a) Assembleia-Geral;**
- b) Presidente;**
- c) Direção;**
- d) Conselho Fiscal;**
- e) Conselho de Arbitragem e Competições;**
- f) Conselho de Disciplina;**

g) Conselho de Justiça.

Segundo o artigo 14º, dos estatutos da FTP, a Assembleia Geral é composta por 100 delegados, sendo os lugares distribuídos da seguinte forma:

- a) Clubes Associados, 68 delegados;**
- b) Treinadores, 8 delegados;**
- c) Árbitros, 8 delegados;**
- d) Praticantes no regime de alto rendimento, 4 delegados;**
- e) Praticantes licenciados pela F.T.P., 12 delegados.**

Sendo que pelo menos um quarto dos delegados dos praticantes, dos treinadores e dos árbitros terão, obrigatoriamente, de ser do género feminino.

1.4 Contexto de Natureza Funcional

O estágio foi realizado na sede FTP, que se localiza na Alameda do Sabugueiro, 1B, Murganhal, em Caxias (Figura 1)



Figura 1- Sede da Federação de Triatlo de Portugal

O Triatlo, enquanto desporto eclético e moderno, tem vindo a afirmar-se como veículo de promoção de um estilo de vida saudável. A FTP engloba não só esta modalidade, como também o Duatlo e Aquatlo, contando com cerca de 3500 atletas filiados e 115 clubes associados.

Com estatuto de utilidade pública e como representante da modalidade perante a Administração Pública, é da responsabilidade da FTP a organização dos quadros

competitivos nacionais, bem como a atribuição dos títulos correspondentes. Para além disso, a FTP é responsável pelo desenvolvimento da modalidade, formação dos seus agentes e organização de eventos internacionais.

Um evento desportivo possui uma estrutura, um conjunto de exigências e uma complexidade de fatores que são independentes da sua dimensão (Sarmiento, Pinto, Costa e Silva, 2011). A FTP organiza eventos de diversas dimensões, regionais, nacionais e internacionais. Os eventos regionais, nos quais a FTP apoia as Delegações Regionais e promove a sua independência, têm como objetivo aproximar a população local ao triatlo e adquirir mais praticantes. Por sua vez, nos eventos nacionais, que contemplam a maior parte do calendário da FTP, são disputados os Campeonatos Nacionais das diversas modalidades, nos vários Grupos de Idade e Elites e a Taça de Portugal. Por fim, são organizados eventos internacionais, nomeadamente Campeonatos Europeus e etapas da Taça da Europa, com o apoio da ETU, bem como Campeonatos Mundiais e etapas da Taça do Mundo, com o apoio da ITU. Para Sarmiento e colaboradores (2001), o evento é um excepcional catalisador para o desenvolvimento do desporto, ao qual a FTP alia diferentes projetos de desenvolvimento e promoção do Triatlo. Programas de apoio aos clubes, como: ações de formação de diversos agentes, apoio aos clubes com maior mérito desportivo, apoio a atletas que façam provas de Longa Distância na Europa, diminuição do valor de inscrição de atletas femininas, que têm uma grande taxa de abandono. Com o objetivo de atrair mais praticantes, a FTP criou o “Tri Try”, um programa de promoção da atividade física e de Triatlo a atletas amadores e que se queiram iniciar, com parceira do Instituto Português do Desporto e Juventude. Por último, um dos projetos de promoção e desenvolvimento do triatlo é na área do Desporto Adaptado: PDPP, que veio trazer resposta à FTP e aos atletas, com condições médicas associadas, que pretendam praticar a modalidade, fomentando o Triatlo para Todos.

2. Realização da Prática Profissional

Neste capítulo vai ser apresentada a conceção e caracterização organizacional do estágio, a área de intervenção do estágio, uma descrição dos problemas na área de intervenção, as atividades realizadas no âmbito do Programa de Dinamização de Paratriatlo em Portugal e das competições desportivas, o enquadramento dessas atividades com os Fatores de Desenvolvimento do Desporto e as dificuldades encontradas durante o estágio.

2.1 Conceção

Tendo sido aluno da Licenciatura em Gestão do Desporto, na Faculdade de Motricidade Humana, sempre senti falta da experiência prática que o curso não oferecia e, querendo seguir o Mestrado na mesma área, a opção de um estágio curricular no 4º semestre foi um aspeto motivador.

Tendo feito natação toda a minha vida, com 15 anos de competição, e ter experienciado aquatlos, estava indeciso entre a Federação Portuguesa de Natação e a FTP. Decidi optar pela FTP por ser fora do meu contexto habitual e estar menos familiarizado com o método de trabalho e a forma como a federação funciona.

Contactei com a FTP em setembro de 2020, a demonstrar interesse pelo trabalho realizado, e a propor estagiar na federação, tendo obtido uma resposta positiva. Foram-me apresentados três projetos, dos quais teria que escolher um para me envolver: o PDPP; o Tri Try – Programa de Dinamização Nacional de Triatlo (PDNT); ou trabalhar no programa de Ética, para que a FTP se certificasse novamente no Plano Nacional de Ética, do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ). Escolhi trabalhar no desenvolvimento do PDPP, por ser um projeto pouco desenvolvido, e iniciei o meu estágio em fevereiro de 2021, colaborando também nos eventos organizados pela FTP.

O meu trabalho ocorreu num regime híbrido, sendo que à segunda-feira era feita uma reunião, via internet, para discutir sobre o trabalho que tem de ser feito nessa semana e ideias para as próximas etapas. Maior parte do trabalho desenvolveu-se remotamente, sendo que só me dirigia à sede da FTP, por norma, um dia por semana, durante quatro a cinco horas. No contexto presencial era mostrado à orientadora local o trabalho feito em casa, a melhoria do mesmo e iniciava outras tarefas.

Realizei tarefas numa vertente mais teórica, passando pelo desenvolvimento de planos de divulgação da modalidade, com o objetivo de informar os clubes, treinadores e dirigentes acerca do Paratriatlo e das suas especificidades, bem como encontrar parcerias com instituições que promovam valores idênticos.

2.2 Problemas nas áreas de intervenção

O Paratriatlo passou a fazer parte do conjunto de modalidades dos Jogos Paralímpicos em 2010 e viu a sua estreia nos Jogos do Rio, de 2016 (World Triathlon, 2010). Apesar de Portugal ter um atleta a representar o país quase todos os anos, não teve nenhum atleta presente na estreia do Paratriatlo nos Jogos Paralímpicos. A modalidade via pouco apoio, desenvolvimento e promoção, sendo que o pouco incentivo que recebia era o apoio na participação em duas provas internacionais, uma etapa da Taça do Mundo e do Campeonato do Mundo, ambos em Espanha.

Em 2018, o Paratriatlo passou a fazer parte do PDNT, dando-se início ao PDPP, de onde originou a dinamização de ações de formação, a dinamização do quadro competitivo nacional de Paratriatlo e a organização da Taça do Mundo de Triatlo. O início deste programa criou as bases para o desenvolvimento da modalidade nos anos seguintes e gerou a inclusão de um atleta português, Filipe Marques, no Programa de Esperanças Paralímpicas do Comité Paralímpico de Portugal (CPP). Apesar das bases criadas em 2018, nos anos seguintes houve um abrandamento na execução do PDPP, não sendo cumpridos os objetivos e as ações pretendidas, culminando na paragem do desenvolvimento deste programa, quando se vivia a situação pandémica causada pelo vírus SARS-CoV-2.

Na Federação, só havia um dirigente responsável e afeto ao Paratriatlo, sendo que estava também responsável pelo programa Tri Try. A quebra no desenvolvimento do programa gerou um atraso, que teve de ser recuperado enquanto o meu estágio decorria. Juntamente com a minha orientadora, Patrícia Pestana, identificámos a necessidade de divulgar a modalidade e fomentar a mesma perto de clubes e instituições sociais, de forma a licenciar mais atletas, havendo também necessidade de formação de profissionais de diferentes níveis.

2.3 Atividades e Tarefas realizadas

Neste seguimento serão descritas as atividades e respetivas tarefas, realizadas durante o estágio, no âmbito do PDPP e das competições desportivas. Posteriormente, será apresentado um enquadramento das atividades realizadas no âmbito dos diferentes fatores de desenvolvimento desportivos.

2.3.1 Âmbito do Programa de Dinamização de Paratriatlo de Portugal

Com a situação pandémica vivida aquando da realização do estágio, foi preciso criar uma estratégia para adaptarmos algumas ações e mecanismos que estavam planeados no PDPP. A estratégia é criação de valor e adequação de um conjunto diverso de atividades, sendo que a essência do posicionamento estratégico é a escolha de diferentes atividades e a sua boa execução (Porter, 1996). Estão aqui dispostas as atividades que definimos realizar durante o meu estágio e que respondem às necessidades do PDPP.

Um critério importante dos sistemas desportivos na Europa é o apoio financeiro às atividades desportivas, muitas vezes assegurado por fundos públicos fornecidos pelos orçamentos governamentais (Petry, Steinbach & Tokarski, 2004). A primeira atividade realizada no contexto de estágio foi o a candidatura ao Programa Nacional de “Desporto para Todos”, do IPDJ, que se constitui como uma medida estrutural que visa apoiar programas de desenvolvimento desportivo que promovam a prática da generalização desportiva. Este programa adota a definição de desporto da Carta Europeia do Desporto e assenta no enquadramento conceptual da Constituição da República Portuguesa e LBAFD que o desporto é um direito de todos. (IPDJ, 2021). A primeira tarefa desta atividade passou pela atualização do PDPP para o ano 2021, onde foi também decidido as ações que iria desenvolver no meu tempo de estágio. A segunda tarefa foi a adaptação da candidatura do ano anterior para o contexto de Paratriatlo e a escolha das temáticas a abordar nessa mesma candidatura. Uma das temáticas abordadas, e um dos pontos de maior importância do PDPP, é o desenvolvimento do Programa de Apoio aos Clubes de Paratriatlo (PACP). Os clubes são o núcleo de qualquer projeto desportivo e associativo, uma vez que estão mais próximos da realidade local e habilitados a responder a essas necessidades. O PACP pretende dotar os clubes de apetrechamento, formação de agentes desportivos e dotação financeira, sendo que para as instituições terem acesso aos benefícios inerentes ao programa, têm de cumprir os critérios de inclusão, que se

encontram em anexo (Anexo B), assim como os benefícios. Em paralelo a esta atividade, foi-nos pedido por parte do CPP um pequeno texto explicativo do que é Paratriatlo e das suas classes, para fazer parte de um vídeo explicativo de diversas modalidades, que estava a ser produzido.

A segunda atividade foi o desenvolvimento de um cronograma com a calendarização, plano de comunicação e planeamento inicial do projeto de Paratriatlo, que se encontra em anexo (Anexo C). A utilização de um plano de comunicação eficaz visa destinar os recursos e estabelecer a responsabilidade das tarefas, de forma a permitir que o público-alvo pretendido seja alcançado (McLoughlin, 2004). Nesta etapa foram definidas as ações e o seu tipo, uma descrição e os objetivos da mesma, assim como os canais de comunicação e a data prevista de início e conclusão de ação.

Para uma boa subsistência do desenvolvimento do desporto é necessário desenvolver mecanismos e projetos de interação e entreaajuda com diferentes sistemas sociais (Pires, Colaço e Lopes, 2004). Foi no seguimento desta linha que foram realizadas as próximas atividades. Na terceira atividade, procurámos clubes e instituições, com o objetivo de estabelecer parcerias para o desenvolvimento do Paratriatlo e prática desportiva.

A primeira tarefa passou pela criação de um documento que comparava as classes de agrupamento dos atletas do Paratriatlo, com as classes da Natação Adaptada e Atletismo Adaptado, como sugere a Tabela 3, uma vez que alguns clubes e instituições podiam já ter atletas destas modalidades, o que facilitaria a integração no Paratriatlo.

Tabela 3- Agrupamento das classes de Natação e Atletismo Adaptados, consoante a descrição das classes de Paratriatlo

| Paratriatlo | Natação Adaptada | Atletismo Adaptado | Descrição das classes do Paratriatlo |
|--------------------|-------------------------|---------------------------|---|
| PVWC1 | S1, S2 | T32, T33 | Usuários de cadeiras de rodas mais afetados. Lesões medulares completas. |
| PTWC2 | S3, S4, S5 | T34, T43, T54 | Usuários de cadeiras de rodas menos afetados. Amputação bilateral do joelho. |
| PTS2 | S6 | T35, T42, T43, T54 | Deficiência severa: Deficiência nos membros, hipertonia, ataxia e/ou atetose, |

| | | | |
|--------------|---------|------------------|--|
| | | | carência de força muscular e amplitude de movimentos diminuída. |
| PTS3 | S7 | T36, T44, T54 | Deficiência significativa: Deficiência nos membros, hipertonia, ataxia e/ou atetose, carência de força muscular e amplitude de movimentos diminuída. |
| PTS4 | S8 | T37, T38, T45 | Deficiência moderada: deficiência nos membros, hipertonia, ataxia e/ou atetose, carência de força muscular e amplitude de movimentos diminuída. |
| PTS5 | S9, S10 | T45, T46 | Deficiência leve: deficiência nos membros, hipertonia, ataxia e/ou atetose, carência de força muscular e amplitude de movimentos diminuída |
| PTVI1 | S11 | T11/F11 | Atletas invisuais, sem percepção da luz ou com ligeira percepção da luz. |
| PTVI2 | S12 | T12/F12 | Atletas parcialmente invisuais. |
| PTVI3 | S13 | T13/F13 | Atletas parcialmente invisuais menos grave. |

Depois da identificação das instituições com áreas de atuação de interesse foram elaborados ofícios com o objetivo de solicitar uma parceria institucional, através da criação de ações de sensibilização e promoção do Paratriatlo. Após o envio dos ofícios foi elaborado um documento informativo, com o resumo e aspetos importantes do PDPP, para enviar aos clubes e instituições interessados no mesmo.

Na quarta atividade tínhamos o objetivo de estabelecer um protocolo com uma Câmara Municipal, uma vez que as autarquias locais sempre tiveram uma importante intervenção no âmbito do apoio à atividade física e do desporto no sistema educativo (Constantino, 1999, cit in Sousa 2013) e são os principais promotores e dinamizadores do desenvolvimento do desporto nacional (Carvalho, 1994, cit in Machado, Sarmiento & da Silva, 2020). Demos então início ao estabelecimento de um protocolo com uma Câmara

Municipal, com o principal objetivo de fomentar o Paratriatlo na população escolar com deficiência da região. A autarquia selecionada para dar início a este projeto foi o Município de Vila Franca de Xira. A escolha deveu-se ao facto de já existir um projeto similar, mas no âmbito da Natação Adaptada, neste município, o que nos levou a entrar em contacto com a FPN, para agilizar o processo, uma vez que os projetos incidiam os dois na mesma área e tinham objetivos idênticos. O Protocolo entre a FTP e a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (CMVFX) tinha como objetivos fundamentais:

- **Fomentar a prática da triatlo na população escolar com deficiência;**
- **Aumentar e melhorar a capacidade funcional dos alunos;**
- **Contribuir para os objetivos gerais de inclusão das pessoas com deficiência no meio desportivo e na sociedade;**
- **Promover ações que visem a implementação de programas/projetos dirigidos à comunidade educativa;**
- **Contribuir para a criação da vertente de Paratriatlo de competição em clubes desportivos com Triatlo e/ou Natação Pura;**

2.3.2 Âmbito das competições desportivas

Para além do PDPP, estive também envolvido na organização de competições, que é “desde a antiguidade a forma de prática desportiva mais popular” (Tenreiro, 2017, p.153). O meu trabalho nesta área começou com uma atuação a nível administrativo, onde dei apoio à secretaria no arquivo e na organização de documentos dos atletas, preparação de kits para novos atletas e preparação de dorsais e kits de competição, para provas que viriam a decorrer. Como trabalho de campo nas competições colaborei em eventos como o Duetlo Powerman de Mafra, o IX Triatlo Longo de Caminha e o Triatlo Jovem da Amora, que compõe os campeonatos nacionais das respetivas especialidades, e a etapa da Taça do Mundo que se realizou em Lisboa. Nestes eventos, organizados pela FTP, estive envolvido em três processos: (1) no registo de chegadas, (2) nos procedimentos protocolares de entrega de prémios, quando estes eram possíveis, e (3) no posto de controlo, onde fazia cumprir os procedimentos de segurança e contenção do vírus SARS-CoV-2 e que delimitava o acesso ao recinto de prova.

2.4 Fatores de Desenvolvimento do Desporto e Programa de Dinamização de Paratriatlo em Portugal

Uma vez que entendermos os fatores de desenvolvimento do desporto como um instrumento de transformação e de progresso, que têm como objetivo provocar uma melhoria numa determinada situação desportiva (Pires, 2007), faz todo o sentido identificar onde foi feita a aplicação destes fatores, descritos no Enquadramento da Prática Profissional, ao PDPP. Em seguida, na Tabela 4, encontram-se discriminadas as atividades desenvolvidas associadas aos Fatores de Desenvolvimento do Desporto onde foi desenvolvido algum tipo de trabalho.

Tabela 4- Enquadramento dos Fatores de Desenvolvimento com as atividades desenvolvidas

| Fator de Desenvolvimento do Desporto | Desenvolvimento do Parâmetro |
|---|--|
| Atividades | <ul style="list-style-type: none"> – Definição das Atividades a realizar, não só no tempo de estágio, como na continuação do Programa; – Definição do Público-alvo. Todos os agentes envolvidos, sejam árbitros, treinadores e dirigentes no que toca a formações seja os atletas, como principal público-alvo; |
| Marketing | <ul style="list-style-type: none"> – Desenvolver relações com entidades com objetivos similares. Tanto as parcerias com instituições de cariz social, como o protocolo com a CMVFX; – Promoção da modalidade junto a clubes e entidades, através da inclusão do Paratriatlo no quadro competitivo e das formações aos vários agentes; – Promoção do PDPP no website e redes sociais da FTP; |
| Formação | <ul style="list-style-type: none"> – Realizar formações de Paratriatlo para árbitros já formados; – Desenvolver ações de formação contínua para treinadores; – Desenvolver módulos de formação para dirigentes desportivos; |
| Documentação | <ul style="list-style-type: none"> – Adaptação do regulamento técnico à realidade do Paratriatlo; – Criação de um modelo de licenciamento específico para paratriatletas, com formulário para análise de classificadores; |

| | |
|------------------------|---|
| Informação | <ul style="list-style-type: none"> – Divulgação do PDPP e Triatlo para Todos: <ul style="list-style-type: none"> ○ Nas redes sociais; ○ Módulos de formação para dirigentes; |
| Quadros Humanos | <ul style="list-style-type: none"> – Todos os elementos da FTP e os seus colaboradores devem ser considerados neste fator, uma vez que todos trabalham em prol deste programa aquando da organização de um evento. |
| Normativo | <ul style="list-style-type: none"> – Adaptação do regulamento técnico à realidade do Paratriatlo; |

Tendo em conta a realidade em causa e os objetivos a atingir, durante o meu tempo de estágio, foi apenas utilizado um número apropriado de fatores de desenvolvimento.

2.5 Dificuldades e Resoluções

A situação pandémica que experienciámos nos últimos dois anos tem tido um impacto negativo altamente significativo a nível desportivo à escala mundial, levando ao cancelamento e adiamento das maiores competições e demonstrações do desporto mundial. O PDPP tinha intenção de realizar diversas ações, entre elas ações de sensibilização e experimentação presenciais, que, devido à pandemia e ao risco de disseminação do vírus não se realizaram, nem se planearam no meu tempo de estágio.

Como resposta foram realizadas parcerias com diversas instituições para que, mais tarde, se possa dar continuidade ao projeto e se possam realizar as ações pretendidas. Foram acrescentados ao calendário de competições, além das provas já existentes, os campeonatos nacionais de paratriatlo, nas diversas especialidades, que, apesar de não serem um bom palco de experimentação para novos atletas, constituem-se como um bom espaço de exposição da modalidade e de atração de atletas que já praticariam paratriatlo, ou até mesmo outras modalidades.

Por outro lado, a minha função nos eventos que se realizaram durante o meu estágio definiu-se como resposta à pandemia. A minha função teve origem no plano de contingência elaborado pela FTP, para dar resposta à Resolução do Conselho de Ministros n.º 40-A/2020, que dava continuidade a uma nova etapa do desconfinamento em Portugal, e a Orientação n.º 036/2020 da Direção Geral de Saúde, que vinha regular a retoma dos eventos de desporto e definia as medidas de contingência que deviam ser cumpridas.

3. Verificações

Com a minha entrada na FTP e envolvimento no projeto do PDPP tinha como objetivo retomar o trabalho que foi desenvolvido com o início do programa, ao criar bases para um arranque consistente do mesmo nos anos seguintes. Para a criação destas bases era essencial dar a conhecer a mais clubes a modalidade de paratriatlo, o PDPP e o PACP, fomentar o paratriatlo e a prática de atividade física junto do público-alvo e formar recursos-humanos para apoiar a modalidade.

Após a atualização do PDPP e da publicação do anúncio do mesmo, surgiram vários clubes interessados no programa, com atletas que cumpriam os requisitos e poderiam integrar uma das classes do paratriatlo. No meu tempo de estágio foram licenciados cinco atletas, de cinco clubes diferentes. Um deles na classe PTVI1, outro na PTS3 e os restantes numa das classes que só podem competir em contexto nacional, PTHI. Existiu interesse de mais clubes, no entanto, não foram licenciados atletas no decorrer do meu estágio. A inclusão do Paratriatlo em diversas competições ao longo da época, criou uma via que destacava o paratriatlo e premiava os paratriatletas já licenciados, mas não era um bom palco de introdução para novos praticantes da modalidade.

O público-alvo do paratriatlo tem por hábito frequentar instituições sociais, seja por razões de saúde e terapia, seja para terem acompanhamento na sua inserção social. Como tal procurámos formar parcerias com instituições sociais e de saúde com a intenção de promover não só o paratriatlo como a prática de atividade física geral. Foram desenvolvidos e enviados ofícios para onze instituições diferentes com o objetivo de desenvolver as parcerias acima descritas, sendo elas: o Comité Paralímpico, o Centro de Educação para o Cidadão com Deficiência, o Hospital Dona Estefânia, a Associação Salvador e para sete diferentes Cooperativas de Solidariedade Social (CERCI). Estas parcerias abriram portas para a possibilidade de se executarem variadas ações. No entanto, devido à realidade vivida enquanto o estágio decorria, não foi possível realizar as ações de sensibilização e experimentação presenciais nas diversas instituições, ficando apenas por exposições via internet.

No que toca à formação de recursos humanos, apenas foi elaborado um documento de apresentação do PDPP e a divulgação do Curso de Especialização para treinadores, em Madrid, que se iria realizar em novembro e ao qual a FTP apoiava os treinadores que demonstrassem interesse em ir ao mesmo.

Conclusão

Principais conclusões

O desenvolvimento do desporto e do sistema desportivo, para sobreviver, necessita de desenvolver mecanismos e projetos de interação e entreaajuda com diferentes sistemas sociais, com objetivos comuns (Pires, Colaço e Lopes, 2004). Numa perspetiva de marketing e das atividades, no contexto dos fatores de desenvolvimento do desporto:

- **Foram criadas parcerias com onze instituições, dos sistemas social e de saúde, com o objetivo de envolver as pessoas com deficiência na prática de atividade física, introduzi-las no universo do paratriatlo e dar a conhecer esta modalidade;**

Ainda na perspetiva de marketing e uma vez que o Estado possui parte da responsabilidade no que toca a direccionar a população no sentido de se criar hábitos desportivos (Pires, Colaço e Lopes, 2004), é importante referir:

- **A candidatura ao programa “Desporto para Todos”, que também se enquadra no fator de financiamento;**
- **A parceria com a autarquia de Vila Franca de Xira, que visa promover a prática de atividade física e promoção do paratriatlo junto da sua população, assim como a utilização dos seus espaços e instalações desportivas, o que por sua vez alia esta parceria também ao fator das instalações.**

No sentido da documentação e informação, é importante referir a publicação do PDPP, atualizado para o ano de estágio, com o PACP e a duas novas classes de Paratriatlo, no contexto nacional. Por sua vez, a criação das duas novas classes, para atletas com défice intelectual e de surdez, originou novas oportunidades para mais atletas competirem e serem classificados consoante as suas diferenças, havendo três novos licenciamentos nestas classes.

Análise dos efeitos e das consequências da intervenção

Neste estágio tive a possibilidade de adquirir e de colocar em prática conhecimentos e noções na área da Gestão do Desporto. Durante o estágio tive a oportunidade de conhecer a estrutura, o método de funcionamento da FTP e o privilégio de estar integrado no desenvolvimento do Programa de Dinamização de Paratriatlo em

Portugal para 2021. Apesar da situação pandémica que se vivia e do pouco trabalho desenvolvido nos anos anteriores foi possível criar bases e caminhos para se iniciar um projeto mais ambicioso.

Ter praticado natação de competição maior parte da minha vida e ter estado envolvido no departamento desportivo da Associação de Estudantes da Faculdade de Motricidade Humana proporcionou-me ferramentas de trabalho no âmbito do trabalho em equipa, resolução de problemas e proatividade, bem como no planeamento de eventos desportivos. Neste sentido, considero que o contributo foi fundamental, uma vez que estive sempre disponível para pôr os meus conhecimentos em prática e adquirir novas aprendizagens.

Apresentação das limitações

Durante o decorrer do estágio houve algumas limitações que causaram impacto na realização do mesmo e do PDPP.

A primeira limitação a referir é o meu pouco conhecimento do paratriatlo, antes de me candidatar ao estágio. Apesar de saber da existência da modalidade, nunca tinha tido interesse dos resultados da mesma, das suas competições, de como a mesma funcionava e era gerida e do que era feito no seu desenvolvimento.

Outra limitação a referir foi o facto de existir pouco trabalho realizado no desenvolvimento do PDPP e a falta de um colaborador afeto ao mesmo, que, aliado à situação pandémica causada pelo SARS-CoV-2 fez com que o trabalho desenvolvido fosse maioritariamente de contexto técnico e administrativo, não podendo ser possível avançar para as ações pretendidas.

Perspetivas e sugestões de melhoria

O PDPP é uma ótima iniciativa, não só no âmbito desportivo, como no âmbito social, levando atividade física a diferentes instituições e dinamizando o paratriatlo junto do público-alvo. No entanto, ainda há fatores a melhorar no processo de trabalho e dinamização do paratriatlo.

No âmbito dos quadros humanos e da formação, como fatores de desenvolvimento:

- **Na FTP, não existe um colaborador afeto, constantemente, a este programa, o que causa transtornos e atrasos no trabalho desenvolvido;**
- **Existe também a necessidade de formação de treinadores e dirigentes de acordo com as necessidades destes atletas e da modalidade, para que possam acompanhar melhor o desenvolvimento do paratriatlo e responder às suas necessidades.**

Apesar do PACP fornecer um bom apoio aos clubes e aos atletas que decidam envolver-se no paratriatlo, torna-se por vezes complicado arranjar material de treino e de competição que esteja apto às necessidades de cada classe. Por esse razão, creio que no âmbito do apetrechamento e materiais necessários, como fator de desenvolvimento seja necessário:

- **Procura de parcerias que facilitem a produção e aquisição de matérias que se adaptem aos atletas e às suas necessidades.**

Um indivíduo que queira envergar no paratriatlo, pode por vezes encontrar entraves no que toca à procura de instituições que tenham equipas ou possibilidades de receber um atleta ou na procura de locais que tenham o material que precisam. Neste contexto, considero importante, no âmbito do fator informação dos fatores de desenvolvimento:

- **Criação de uma base de dados com os clubes que se encontrem habilitados e disponíveis para receber novos praticantes;**
- **Criação de uma base de dados de instituições ou locais que facilitem a procura de material que se adapte a cada atleta.**

Considero também importante, estando aliado ao fator das atividades, o desenvolvimento de concentrações ou estágios de treino com os paratriatletas portugueses e treinadores dos mesmos, de forma a aprenderem uns com os outros e desenvolverem as suas capacidades como atletas, elevando a qualidade da modalidade e aproximando-se do alto rendimento.

Bibliografia

- Ballesteros, R. H. (2016). *Branding: El arte de marcar corazones*. Bogota, Colombia: Ecoe Ediciones
- Canterle N. M. G. (2004). *A prática associativa e seus atores no processo de desenvolvimento*. Gestipolis. Retirado a fevereiro de 2022 de: <https://www.gestipolis.com/a-pratica-associativa-e-seus-atores-no-processo-de-desenvolvimento/>
- Conselho da Europa (1992). Carta Europeia do Desporto. Instituto Português do Desporto e Juventude. <https://ipdj.gov.pt/documents/20123/133814/Carta+Europeia+do+Desporto.pdf/69432aa6-e8e2-ae85-24ce-76cc276d3dda?t=1582815203169>
- Caspersen, C., Powell, K., e Christenson, G. (1985). Physical activity, exercise, and physical fitness: definitions and distinctions for health-related research. *Public Health Reports*, 100(2), 126–131.
- Constituição da República Portuguesa (1976). Diário da República no 86/1976, Série I.
- Costa, A. d. S. (2009). Desporto e política: Dois fenómenos estruturalmente idênticos. In J. O. Bento & J. M. Constantino (Eds.), *O desporto e o estado: Ideologias e práticas* (pp. 327-345). Porto: Edições Afrontamento.
- Council of Europe [COE] (2022). *Enlarged Partial Agreement on Sport (EPAS): Factsheet*. Council of Europe. Retirado a fevereiro de 2022 de: <https://www.coe.int/en/web/sport/epas>
- Committee of Ministers (1975). *Recommendation on the adoption of the European Sport for All Charter*. Council of Europe. Retirado a fevereiro de 2022 de: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiC5feLhZ72AhVChRoKHTutAIMQFnoECAwQAQ&url=https%3A%2F%2Frm.coe.int%2F090000168067b610&usg=AOvVaw2T-m3QLhjGZY0DN1MnImdg>
- Committee of Ministers (1963). *Resolution (63) 16: European Athletics Diploma*. Council of Europe. Retirado a fevereiro de 2022 de: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjL_s3ni572AhWxxoUKHe2ODKMQFnoECAQQA

[Q&url=https%3A%2F%2Frm.coe.int%2F09000016804cfb18&usg=AOvVaw0mUugVGOLoJowZqvi_s-cj](https://www.frm.coe.int/09000016804cfb18&usg=AOvVaw0mUugVGOLoJowZqvi_s-cj)

Crosset, T.W. & Hums, M.A. (2012). History of sport management. In L. P. Masteralexis, Barr, C.A. & Hums, M.A. (Eds.). *Principles and practice of sport management* (pp. 3-24) Sudbury, Massachusetts: Jones and Bartlett Publishers

Direção Geral da Saúde. (2020). *COVID-19: Desporto e Eventos Desportivos. Orientação n.º 036/2020 de 2020-08-25 atualizada a 2022-01-09*

Frey, J. H., & Eitzen, D. S. (1991). Sport and society. *Annual review of sociology*, 17(1), 503-522. <http://www.jstor.org/stable/2083352>

Gasparini, W. (2020). *The Council of Europe and sport: origin and circulation of a European sporting model*. Digital Encyclopedia of European History. Retirado a Janeiro de 2022 de ehne.fr/en/encyclopedia/themes/material-civilization/european-sports-circulations/council-europe-and-sport-origin-and-circulation-a-european-sporting-model

Haas, L. (2021). Organizações do desporto e responsabilidade social. In A. Correia, R. Biscuais & V. Pedragosa (Coords.), *Crónicas COVID-19: Gestão do Desporto em Tempos de Crise* (pp. 74-76). Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. <https://doi.org/10.26619/978-989-9002-16-6.22>

Howe, P. D. (2008). From Inside the Newsroom: Paralympic Media and the Production of Elite Disability. *International Review for the Sociology of Sport*, 43(2), 135–150. <https://doi.org/10.1177/1012690208095376>

Hoye, R., Smith, A.C.T., Nicholson, M., e Stewart, B. (2018). *Sport Management: Principles and Applications (5.ª ed.)*. Routledge.

Instituto Português do Desporto e Juventude [IPDJ] (2021, fevereiro 17). *Programa Nacional de Desporto para Todos*. IPDJ. Retirado a janeiro de 2022 de: <https://ipdj.gov.pt/programa-nacional-de-desporto-para-todos>

Januário, N. (2019). Inclusão: Desporto para pessoas com deficiência. Em A. Correia, & R. Biscaia (Orgs.), *Gestão do Desporto: Compreender para Gerir* (pp. 281-294). Cruz Quebrada: FMH Edições

Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto: Lei n.º 5/2007. Assembleia da República. Diário da República n.º 11/2007, Série I de 2007-01-16, 356 – 363.

- Lei de Bases de Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência: Lei n.º 38/2004. Assembleia da República. Diário da República n.º 194/2004, Série I-A de 2004-08-18, páginas 5232 – 5236
- Machado, J. E. O., Sarmiento, J. P., e da Silva, C. A. F. (2020). Perceções de lideranças sobre a atuação das autarquias locais no desenvolvimento do desporto em Portugal. *Podium*, 9(3), 539-567. <https://doi.org/10.5585/podium.v9i3.17894>
- McLoughlin, B., (2004). Um plano de comunicação eficaz. HSM Management. 45. Retirado em janeiro de 2022 de: http://www.professoracintia.com.br/tecnicas_de_negociacao/um%20plano%20de%20comunica%20eficaz.pdf
- Petry, K., Steinbach, D., e Tokarski, W. (2004). Sport systems in the countries of the European Union: Similarities and differences. *European Journal for Sport and Society*, 1(1), 15-21. <https://doi.org/10.1080/16138171.2004.11687744>
- Pires, G. (2007). *Agôn - Gestão do desporto*. Lisboa: Porto Editora.
- Pires, G., e Lopes, J. (2001). Conceito de Gestão do Desporto. Novos desafios, diferentes soluções. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 1(1), 88-103.
- Pires, G., Colaço, C. e Sarmiento, J. P. (2004). Desporto e Desenvolvimento. Povos e Culturas, 9, 335-357. <https://doi.org/10.34632/povoseculturas.2004.8836>
- Porter, M. E. (1996). O que é estratégia. *Harvard Business Review*, 74(6), 61-78.
- Regime Jurídico das Federações Desportiva: Decreto-lei nº 93/2014. Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República nº 118/2014, Série I de 2014-06-23, páginas 3324 – 3338
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 40-A/2020. Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República n.º 105/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-05-29, páginas 9 – 21
- Sacks, B. (2018). Sport for all – History of a Vision. *Sport Und Gesellschaft*, 15(2-3), 297–301. <https://doi.org/10.1515/sug-2018-0014>
- Santos, J. A., e Rodrigues, N. M. (2013). Desporto adaptado. Quais os valores que o devem nortear?. *RPCD*, 12(3), 128-134. <https://scholar.archive.org/work/efq5pvw4ljhbdbob3cqnhsxqx4/access/wayback/>

<http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=gestaoesportiva&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=364&path%5B%5D=265>

Sarmiento, J., Pinto, A. e Figueiredo da Silva, C. (2011). O evento desportivo como factor de desenvolvimento. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva (RIGD)*, 1(1), 1-14.

<https://scholar.archive.org/work/efq5pvw4ljhbdbob3cqnhsxqx4/access/wayback/http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=gestaoesportiva&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=364&path%5B%5D=265>

Schmitt, V. G. H., e Neto, L. M. (2011). Associativismo, Comércio justo e o Desenvolvimento Territorial Sustentável: A Experiência da Toca Tapetes. *Revista de Gestão*, 18(3), 323– 338. <https://doi.org/10.5700/rege429>

Soares, J. (2019). Desporto: Um Projeto Humano e Social. Em A. Correia, & R. Biscaia (Orgs.), *Gestão do Desporto: Compreender para Gerir* (pp. 61-82). Cruz Quebrada: FMH Edições

Sousa, J. V. F. D. (2013). Gestão do desporto municipal: Análise ao desenvolvimento organizacional: estudo centrado na CIM-TS [Dissertação de Doutoramento, Instituto Superior de Educação e Ciências]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/8909>

Tenreiro, F. (2017). Um instrumento de financiamento do desporto. *Lusíada. Economia & Empresa*, 22, 145-165. <https://doi.org/10.34628/9vqa-z095>

World Triathlon (2010). *Paratriathlon added to the Rio 2016 Paralympic Games*. World Triathlon. Retirado de: [https://triathlon.org/news/article/paratriathlon added to the rio 2016 paralympic_games](https://triathlon.org/news/article/paratriathlon%20added%20to%20the%20rio%202016%20paralympic%20games)

World Health Organization [WHO] (2020). *Physical activity*. WHO. Retirado de: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/physical-activity>

Winnick, J. P. (2017). *Adapted physical education and sport* (6.º ed.). Campaign, IL: Human Kinetics

Ziegler, E. F. (2009). *Sport and Physical Activity in human history: A “persistent problems” analysis*. Victoria, BC: Trafford Publishing

Anexos

Anexo A: Lista de deficiências elegíveis para uma classe de Paratriatlo

| Deficiência | Explicação |
|--|--|
| Prejudicados na força muscular | Músculos ou grupos musculares que apresentem força reduzida, pode ocorrer em um membro ou na metade inferior do corpo. Por exemplo: Lesões na medula espinal, espinha bífida ou poliomielite |
| Prejudicados na força passiva do movimento | A redução permanente na amplitude do movimento em uma ou mais articulações. Articulações relacionadas com a amplitude média de movimento, impliquem instabilidade e condições agudas, como artrite, não são consideradas deficiências elegíveis. |
| Deficiência de membros | Ausência total ou parcial de ossos ou articulações desde o nascimento ou como consequência de trauma. Por exemplo: acidente de carro, amputação ou doença (cancro dos ossos, entre outras). |
| Hipertonia | Aumento anormal da tensão muscular e redução da capacidade de músculo para alongar, que ser resultante de lesão, doença ou condição de saúde, como paralisia cerebral. |
| Ataxia | Falta de coordenação de movimentos musculares por quadros de condições neurológicas, como paralisia cerebral, lesão cerebral ou esclerose múltipla. |
| Atetose | Geralmente caracterizado por movimentos desequilibrados, descontrolados e dificuldade em manter uma postura simétrica, devido a paralisia, lesão cerebral, esclerose múltipla ou outras condições. |
| Invisuais | Afetação da visão pela estrutura ocular, nervo ótico/vias ou pela parte cerebral que controla a visão (córtex visual) |

Anexo B: Critérios e benefícios para os clubes incluídos no PACP

• Critérios de inclusão no PACP

Clubes:

- Licenciado na FTP na época atual e nas duas anteriores;
- Ter pelo menos um mínimo de 3 paratriatletas licenciados na presente época;
- Ter 1 treinador de nível 2;
- Acolher semestralmente 1 técnico da FTP para reuniões e acompanhamento das sessões de treino (em datas a acordar entre as partes);

Treinadores:

- Licenciado na FTP;
- Possuir curso de treinador nível 2;
- Participação num mínimo de duas das ações de formação contínua organizadas pela FTP (na realidade insular o treinador tem de estar presente numa ação realizada no seu arquipélago e numa ação realizada no continente);
- Envio de relatório anual da atividade desenvolvida neste âmbito (volumes de treino, registo de lesões, competições, ocorrências, aproveitamento escolar, etc) de acordo com formulário apresentado pela FTP;

Atletas:

- Licenciado na FTP;
- Participação no Campeonato Nacional de Paratriatlo (triatlo) e nas ações de Paratriatlo desenvolvidas em parceria com o clube.

• Benefícios para os clubes que cumpram os critérios

Clubes:

- Subsídio mensal de 25€ por atleta incluído no Programa, liquidado semestralmente;
- Oferta da utilização anual do software ti-ex® para os seus treinadores e atletas;

Treinadores:

- Redução em 50% dos custos de participação em todas as ações de formação FTP;

Atletas:

- Gratuitidade no acesso às competições nacionais;
- Gratuitidade no licenciamento.

Anexo C: Plano de comunicação e cronograma desenvolvido no início do estágio

| N.º de Ação | Tipo de Ação | Ação | Descrição | Objetivos | Público Alvo | Canais | Data de início | Data de conclusão |
|-------------|--------------|---------------------------------|--|--|--|------------------|----------------|-------------------|
| 1 | Comunicação | Convite a Clubes e Atletas | Envio de Ofício para Clubes que tenham Natação e Atletismo Adaptados | Informar os clubes acerca das ações de Dinamização de Paratriatlo e aferir clubes e atletas interessados; | Clubes e Atletas com Natação e Atletismo Adaptados | E-mail | 22/03/2021 | 22/03/2021 |
| 2 | Comunicação | Procura de parcerias | Procura de parceiros que promovam o bom desenvolvimento do Paratriatlo | Procura e criação de parcerias com instituições de apoio a pessoas com deficiência e de apoio ao desporto para pessoas com deficiência, como Fenacerci, Santa Casa e FPDD; | Instituições de Ação Social | E-mail | 25/03/2021 | 24/04/2021 |
| 3 | Avaliação | Equiparação de Classes | Equiparação das Classes do Paratriatlo com Natação e Atletismo Adaptados | Equipar as diferentes classes dos atletas interessados e perceber as suas necessidades para competirem; | Atletas e Clubes interessados | | 29/03/2021 | 02/06/2021 |
| 4 | Comunicação | Procura de parceria/apoio | Procura de parceria de material desportivo | Procura de parceria para obtenção de material desportivo de apoio de acordo com as necessidades dos atletas; | Empresas de equipamentos desportivos | E-mail | 30/03/2021 | 24/04/2021 |
| 5 | Planeamento | Planeamento das ações | Planeamento inicial das ações e/ou eventos a realizar | Início da preparação das ações e eventos a realizar; Procurar as necessidades e soluções; | Parceiros e Público em geral | | 19/04/2021 | 14/08/2021 |
| 6 | Comunicação | Implementação nas Redes Sociais | Divulgação das novas parcerias | Divulgar as novas parcerias de apoio ao Paratriatlo e os objetivos dessas parcerias | Parceiros e Público em geral | Online: Internet | 26/04/2021 | 26/04/2021 |
| 7 | Comunicação | Implementação nas Redes Sociais | Divulgação do Programa de Dinamização de Paratriatlo | Divulgar o Programa de Dinamização de Paratriatlo para 2021, a missão, objetivos e primeiros ações a realizar | Parceiros e Público em geral | Online: Internet | 03/05/2021 | 03/05/2021 |

| | | | | | | | | |
|----|--------------------|---------------------------------|--|---|------------------------------|------------------|------------|------------|
| 8 | Comunicação | Implementação nas Redes Sociais | Anúncio da primeira ação | Anúncio do primeiro Webinar, com parceira da FPDD e CPP | Parceiros e Público em geral | Online: Internet | 13/05/2021 | 13/05/2021 |
| 9 | Evento/Comunicação | Implementação nas Redes Sociais | Webinar com FPDD e CPP | Webinar mais dirigido aos clubes, treinadores e dirigentes, sobre o paratriatlo e as suas especificidades | Parceiros e Público em geral | Webinar | 02/06/2021 | 02/06/2021 |
| 10 | Comunicação | Implementação nas Redes Sociais | Anúncio da primeira prova experimental | Divulgar as informações primeira prova experimental e a abertura das inscrições | Parceiros e Público em geral | Online: Internet | 03/06/2021 | 03/06/2021 |
| 11 | Evento | Prova Experimental | Realização da primeira prova experimental de Paratriatlo | Fornecer uma experiência a atletas da Natação e Atletismo Adaptados, assim como outros, do que é o Paratriatlo; Divulgação do Paratriatlo; | Parceiros e Público em geral | | 03/07/2021 | 04/07/2021 |
| 12 | Comunicação | Implementação nas Redes Sociais | Publicação de notícia acerca da prova | Divulgar os dados da primeira prova para informar e atrair outros clubes e parcerias | Parceiros e Público em geral | Online: Internet | 06/07/2021 | 06/07/2021 |
| 13 | Comunicação | Implementação nas Redes Sociais | Anúncio da segunda prova experimental | Divulgar as informações da segunda prova experimental e a abertura das inscrições | Parceiros e Público em geral | Online: Internet | 09/07/2021 | 09/07/2021 |
| 15 | Evento | Prova Experimental | Realização da segunda prova experimental de Paratriatlo | Dar continuidade a quem participou na primeira prova; Atrair outros atletas e clubes que possam estar interessados; Divulgar o Paratriatlo; | Parceiros e Público em geral | | 14/08/2021 | 15/08/2021 |
| 16 | Comunicação | Implementação nas Redes Sociais | Publicação de notícia acerca da prova | Divulgar os dados da segunda prova para informar e atrair outros clubes e parcerias; | Parceiros e Público em geral | Online: Internet | 17/08/2021 | 17/08/2021 |
| 17 | Comunicação | Implementação nas Redes Sociais | Publicação de notícia acerca do PDParatriatlo | Fazer balanço do impacto do Programa de Dinamização Paratriatlo, até à data; | Parceiros e Público em geral | Online: Internet | 20/08/2021 | 20/08/2021 |

